de 3,1%, do que resultará a maior recessão desde 1975.

As condicionantes de origem interna implicarão uma contracção sem precedentes do consumo privado (-6,0%), por efeito conjugado da redução abrupta do rendimento disponível dos funcionários públicos, dos empregados do sector empresarial do Estado e dos pensionistas, do congelamento salarial, do aumento do IRS através da redução das deduções à colecta e aumento dos impostos indirectos, nomeadamente o reenquadramento de muitos produtos e serviços em sede de IVA, que passam das taxas reduzida e intermédia para a taxa máxima.

Em sentido contrário, estima-se que as exportações continuem a crescer a uma taxa próxima de 4%, mantendo-se como a única componente positiva da procura agregada e principal motor da economia.

A inflação continuará em níveis elevados (3,2%) e a taxa de desemprego deverá aumentar para cerca de 13,5%.

Como bem refere o Banco de Portugal, a intensificação, em 2012, do processo de correcção dos desequilíbrios macroeconómicos não pode ser dissociada da implementação das reformas estruturais há muito diagnosti-

cadas, condição essencial à construção de um paradigma económico que promova o crescimento, de forma sustentável, no médio e longo prazos. É este o desafio que se coloca à economia portuguesa.

SITUAÇÃO EM ESPANHA

Dados recentes publicados pela OCDE sugerem uma ligeira queda do PIB no último trimestre de 2011 (colocando a taxa de crescimento anual em 0,7%), por efeito do abrandamento do comércio internacional e da incidência da crise da dívida da Zona Euro sobre a confiança e as condições de financiamento internas.

O défice público fixou-se em 8% do PIB, dois pontos percentuais acima da meta traçada.

Apesar da derrapagem verificada, o Governo mantém, para 2012, o objectivo do défice público em 4,4% do PIB, adoptando medidas restritivas adicionais ao nível dos impostos sobre o rendimento das pessoas singulares e sobre o património, para além da contenção na admissão de funcionários públicos.

Num cenário macroeconómico interno e externo muito desfavorável, estima-se um crescimento modesto da economia (0,2%), por efeito das medidas de consolidação orçamental sobre